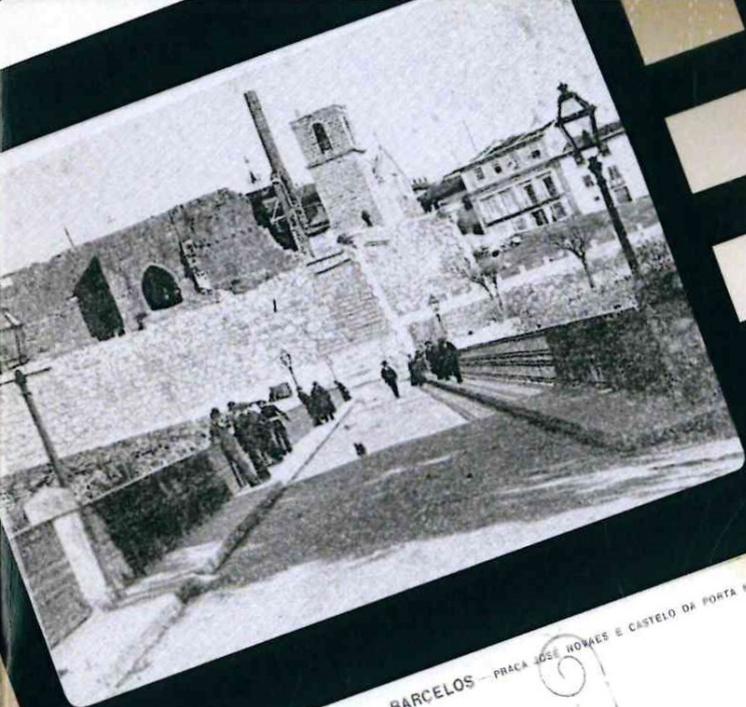


UM SÉCULO DE ENERGIA ELÉTRICA em BARCELOS (1917-2017)



BARCELOS - PRACA JOSÉ ROSSAS E CASTELO DA PORTA NOBRE



Biblioteca
Municipal de
Barcelos



1.31(469.12)"1917/20"

- exposição iconográfica
e documental -

09 dez '17 a 31 jan '18

FICHA TÉCNICA

Presidente da Câmara Municipal de Barcelos

Miguel Jorge da Costa Gomes

Vice-Presidente e Vereadora da Educação, Bibliotecas, Arquivos e Cultura

Dr. Armandina Saleiro

Bibliotecário do Município de Barcelos

Dr. Victor Pinho

Exposição

“Um Século de Energia Eléctrica em Barcelos (1917-2017)”

Coordenador

Victor Pinho

Colaboração

José Faria

Apoio



Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este

Agradecimentos

Bártolo Paiva

António Dias Pereira de Miranda

Prof. Doutor João Figueira

Fundação EDP

Na contracapa

A Barragem da Penide

**UM SÉCULO DE ENERGIA ELÉCTRICA EM BARCELOS
(1917-2017)**

MUNICIPIO DE BARCELOS

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Nº 66630

Renew
Barceliana

**Biblioteca Municipal de Barcelos
9.12. 2017 a 31.01.2018**

“Na terça-feira à noite procedeu-se à experiência da luz eléctrica na zona que abrange a rua D. António Barroso, Campo da República, Campo de S. José, Rua Nova de S. José, Barjona de Freitas, Calçada, Faria Barbosa, rua da Palha, rua da Barreta, rua Miguel Bombarda, rua Duque de Barcelos e Largo José Novais.

As ruas e largos coalharam-se, rapidamente, de gente de todas as classes, parecendo que nos encontrávamos não em Barcelos mas numa cidade de luxo e muito movimentada.

É indescritível o contentamento e entusiasmo que se notava em toda a gente, sendo todos pródigos em elogiar a esplendorosa luz, que melhor não se poderia exigir.

Felicitemos a ex.^ma Câmara e os concessionários pelo esplêndido êxito conseguido com este importantíssimo melhoramento, que a todos os barcelenses aproveita e que a todos deve satisfazer e agradar.

A diferença desta bela e poderosa luz da antiga iluminação a petróleo é tanta como a que existe entre o escuro dum borrão de tinta e a alvura impressionante dos arminhos.

Barcelos progride e nós experimentamos um frémito de entusiasmo que chega a ponto de nos enchermos de orgulho, vaidosos por vermos que esta linda vila se vai engrandecendo, modernizando-se a par das povoações mais importantes do país.”

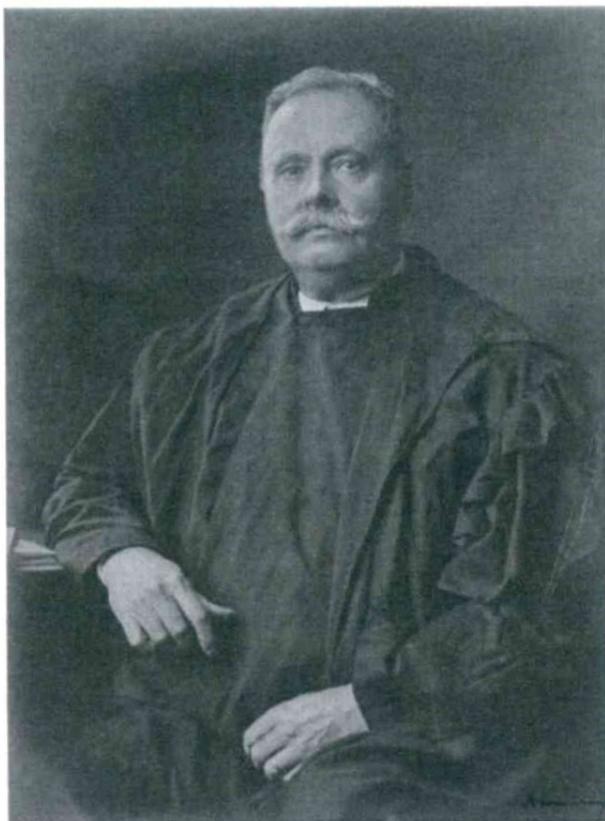
“O Barcelense”, 17 de Novembro de 1917

Foi com enorme regozijo que os barcelenses receberam a luz eléctrica na noite de 13 de Novembro de 1917. Cerca de meio ano mais tarde, em 27 de Abril de 1918, a então vila de Barcelos ficou completamente iluminada. Nos finais de Julho de 1916, chegou à Afurada - Penide, o cabo eléctrico para conduzir a energia para a iluminação pública e particular de Barcelos.

A luz eléctrica veio substituir os 177 lampiões de petróleo existentes (que custavam 30 reis por noite), que iluminavam Barcelos só nas noites em que não houvesse luar, sendo João Francisco da Silva, da freguesia de Alvelos, o último lampinista.

A luz eléctrica, de instalação subterrânea, foi inaugurada em 1 de Maio de 1938.

A energia eléctrica era produzida na estação Hidro-Eléctrica situada no rio Cávado, no lugar da Penide, freguesia de Areias de Vilar, deste concelho, pertencente à Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal, com sede no Porto, e cujos directores eram Francisco Xavier Esteves e Francisco António Borges.



O fornecimento da luz eléctrica a Barcelos, para iluminação pública e particular e para quaisquer outros usos, foi adjudicado, em sessão de câmara de 13 de Janeiro de 1916, presidida pelo Dr. José Matos Graça, monárquico, que exercia a actividade médica em Barcelos. Na altura, era presidente da Comissão Executiva Municipal, o Dr. José Júlio Vieira Ramos (na foto), também monárquico, advogado e notário, nesta comarca, antigo líder local do Partido Progressista, que governou em pleno período republicano, depois de ter ganho as eleições.

Mas, já na sessão anterior, realizada em 8 de Janeiro, tinham sido abertas as duas propostas apresentadas para o fornecimento da energia eléctrica, pelo prazo de trinta anos, ambas aceitando as condições do caderno de encargos relativo ao concurso.

Uma das primeiras vezes que foi aventada a hipótese do fornecimento da energia eléctrica a Barcelos, foi em 1911, já em pleno período republicano, numa reunião realizada no mês de Outubro, entre o presidente da Comissão Municipal Republicana, Dr. Miguel Fonseca, médico, que exercia a actividade clínica em Barcelos, e o responsável da empresa de exploração de energia eléctrica do Lindoso, o senador espanhol Dom Faustino Prieto.

Dos extractos das sessões da Câmara Municipal deduz-se ainda que, em Maio de 1913, houve outra reunião entre o referido presidente e o representante da Empresa Eléctrica do Coura, que se preparava para adjudicar a concessão da energia eléctrica na cidade de Viana do Castelo. Também a

empresa “Ant. A. Souto & C^a.”, da cidade do Porto, estaria interessada no fornecimento da mesma.

Sabemos ainda que, em sessão extraordinária de 1 de Abril de 1914, presidida pelo Dr. Miguel Fonseca, foi adjudicado o fornecimento de luz eléctrica a Barcelos a António L. da Cunha, de Valença, depois de, na sessão de 30 de Março, o presidente e os vogais Alberto Pereira de Araújo e Manuel da Silva Matos terem ficado encarregados de estudar o assunto e dar parecer, que foi favorável.

Este indivíduo apresentaria mesmo um requerimento na referida sessão de 8 de Janeiro de 1916, dizendo que a concessão do fornecimento de energia eléctrica para iluminação pública, particular e outros usos da vila de Barcelos e parte urbana de Barcelinhos lhe fora adjudicada, pelo que iria “usar do seu direito de recurso e reclamação”. Todavia, na sessão de 21 de Abril de 1914, a primeira ser presidida pelo monárquico Dr. Vieira Ramos foram consideradas nulas e de nenhum efeito todas as deliberações da extinta Comissão Municipal, a partir de 1 de Janeiro de 1914.

A proposta de Francisco Xavier Esteves e Francisco António Borges, residentes no Porto, na rua do Bonjardim, apresentada na sessão de 8 de Janeiro de 1916, propunha-se fornecer a energia eléctrica, no prazo de quatro meses, produzida na estação Hidro-Eléctrica situada no lugar da Penide, freguesia de Areias de Vilar, concelho de Barcelos, e pertencente à Sociedade Electricidade do Norte de Portugal, de que são directores, aos preços seguintes, calculados sobre o consumo de um watt por vela: por contador, por kilowatt-hora, quinze centavos, para luz e dez centavos, para outros usos; por avença, por kilowatt-ano, cinquenta e quatro escudos, para luz, (com cinco horas por noite) e trinta e seis escudos, para outros usos (com doze horas de dia, das seis às dezoito, excepção feita ao domingo).

O fornecimento da energia eléctrica, para a iluminação pública, custaria à Câmara Municipal, anualmente, para cem lâmpadas, respectivamente de cinquenta e de trintas e duas velas, mil e oitocentos escudos. E, por cada lâmpada a mais, respectivamente dez ou sete escudos, sendo os pagamentos regularizados mensalmente. Por lâmpada de mil velas, acesa até às doze horas da noite, custaria cinquenta escudos por ano.

Ainda segundo os referidos proponentes, logo que a receita da venda de energia eléctrica ao público atingisse, anualmente, o excedente a quatro contos, seriam deduzidos dez por cento, e do excedente a seis contos, quinze por cento, que seriam entregues à Câmara Municipal.

Outra proposta era de Eusébio Augusto Mourão que propunha o fornecimento da energia eléctrica, nas seguintes condições e preços. Por contador, por cada kilowatt-hora, o preço máximo para iluminação seria de dez centavos e, para outros usos, oito centavos. Por avença, por cada kilowatt-ano, o preço para iluminação, seria de cinquenta e quatro escudos, durante cinco horas de noite. Para outros usos, seria de trinta e seis escudos, durante doze horas/dia, das seis às dezoito, excepto aos domingos, que serão destinados a limpeza e reparação.

Segundo aquele proponente, estes preços mantinham-se, desde que as lâmpadas tivessem o consumo de um watt por vela. Quando fossem substituídas por lâmpadas que consumissem menos, os preços podiam ser elevados na proporção inversa. Beneficiariam da redução de vinte por cento sobre a tarifa

máxima, os serviços públicos do Estado, das Corporações administrativas dos Incêndios e de Beneficência ou de Instrução Pública.

Para a iluminação pública disponibilizariam cem lâmpadas, respectivamente de cinquenta e de trinta duas velas, pagando a Câmara Municipal, anualmente, a quantia de mil e quinhentos escudos. Por cada lâmpada a mais, pagaria, anualmente, respectivamente as quantias de oito e de seis escudos, para lâmpadas de cinquenta e de trinta e duas velas. Por cada lâmpada de mil velas instalada e alimentada até às doze horas da noite pagaria, anualmente, quatro escudos.

No fim da exploração, o concessionário obrigava-se a entregar à Câmara Municipal, gratuitamente, e em bom estado de funcionamento, toda a instalação eléctrica existente, tanto pública como particular, tendo apenas o direito de opção em qualquer concurso que a Câmara viesse a abrir para o fornecimento de energia eléctrica.

Não foi unânime a deliberação camarária, por escrutínio secreto, saída da reunião de 13 de Janeiro de 1916, de entregar o fornecimento da energia eléctrica a Francisco Xavier Esteves e Francisco António Borges, directores da Sociedade Electricidade do Norte de Portugal. Das vinte e cinco listas entradas na urna, duas foram brancas, votando as restantes a favor. O vereador Dr. Carlos Pinto votou contra, pois considerou não ter havido o tempo necessário para analisar e discutir as propostas. Chegou mesmo a apresentar uma proposta de adiamento da decisão, que foi rejeitada por unanimidade.

Para o edil, a proposta de Francisco Xavier Esteves e Francisco António Borges era mais cara. Segundo lhe disseram alguns colegas da vereação, a proposta de Eusébio Augusto Mourão *“não era exequível”*, dado o baixo preço com que se propunha fornecer a energia eléctrica. Além disso, não dispo de uma queda de água, *“havia de recorrer”*, quando a receita atingisse seis contos. É certo que, até quatro contos, ambos os proponentes ofereciam dez por cento, mas a diferença a favor da proposta de Francisco Xavier Esteves e Francisco António Borges é que esta dará quinze por cento sobre o que exceder a seis contos, enquanto a de Eusébio Mourão é sempre de dez por cento. Segundo o Dr. Carlos Pinto, *“não é ilusória a promessa de baratear o preço”*, prometida por aqueles, pois *“logo que se dê a eventualidade prevista”*, a Câmara pode obrigar os concessionários a baixar o preço.

Considerava ainda *“sem valor e ilusória”*, a promessa de entregar as instalações ao terminar a concessão, apresentada por Eusébio Mourão, pois *“ao fim de trinta anos, tudo será preciso substituir e, por certo, terá de ser desprezado pelos progressos da ciência e da indústria.”*

Por fim, salienta que a proposta aprovada traz *“enorme prejuízo”* à câmara e aos habitantes da vila, na ordem dos setenta e sete contos. A câmara perdia, durante o prazo da concessão, nove contos, isto é, trezentos mil reis por ano, e deixava de receber, gratuitamente, uma instalação que devia valer, com todas as depreciações, oito contos, o que perfaz dezassete contos. Os habitantes da vila perdiam sessenta contos.

O semanário católico barcelense *“Acção Social”*, na edição de 21 de Novembro de 1917, afirmava sobre a energia eléctrica recém inaugurada:

“A luz é clara, muito intensa. Desde a última quinta-feira, que toda aquela zona da vila [fornecida pelo transformador nº 2 que serve a parte mais central] está sendo iluminada, ainda em experiência, até á meia noite.” (...) *“Todas as pessoas que conhecem a iluminação eléctrica de outras terras, são*

concordantes em reconhecer que a luz de Barcelos é óptima e que nenhuma dessas terras está melhor iluminada do que esta.”

E, na edição seguinte, referia que Adolfo Portela, da fiscalização das indústrias eléctricas do Porto, tinha vistoriado as instalações públicas para fornecimento de energia eléctrica destinada à iluminação pública e particular desta vila e parte urbana de Barcelinhos, Arcozelo e Vila Frescainha (S. Martinho) e considerou-as em boas condições.

Entretanto, naquele semanário, começam a aparecer anúncios para instalações eléctricas, como é o caso de “A Instaladora”, de Manuel Ferreira Correia, situada no Largo Bom Jesus da Cruz, nº 14-1º.

Medida importante e de grande alcance social, foi a abertura do concurso, pelo prazo de vinte dias, a partir de 6 de Maio de 1918, para a adjudicação da empreitada da instalação da luz eléctrica no Hospital e Asilo de Inválidos da Misericórdia, cujo provedor era o Dr. José Vieira Ramos.

No ano seguinte, por ocasião da Festa das Cruzes, registou-se a iluminação da fachada do Tempo do Senhor da Cruz, com focos eléctricos, o que acontecia pela primeira vez.

Todavia, menos de três meses após a inauguração, houve, durante alguns dias, interrupção do fornecimento da luz eléctrica. Segundo a edição do semanário “O Barcelense”, de 5 de Janeiro de 1918, tal aconteceu, pois ficava *“muito cara a alimentação das caldeiras a carvão”*, acrescentando em tom jocoso:

“Com certeza a empresa não se obrigou a fornecer luz somente quando o carvão estivesse barato; portanto o melhor é dizer a esses senhores que vão fazer negócios à China, porque só lá poderão ser admissíveis os processos de que estão a usar.”

O engenheiro Francisco Xavier Esteves, director da empresa, antigo presidente da Câmara Municipal do Porto, e agora ministro do Comércio, acompanhado de Francisco Borges e Joaquim Vinagre chegou mesmo a visitar, em 19 Abril de 1918, a instalação eléctrica da então vila e as obras na fábrica produtora de energia na Afurada, em Areias de Vilar, tendo ainda conferenciado com o Dr. Vieira Ramos, presidente da Comissão Municipal Administrativa.

Do contrato estabelecido, entre a Sociedade de Electricidade e a Câmara Municipal, faltava ainda cumprir o fornecimento da luz eléctrica a Barcelinhos. Na edição de 21 de Setembro de 1918, daquele semanário, comentava-se:

“É geral a indignação que lavra entre os habitantes da risonha povoação de além ponte contra a empresa da luz eléctrica por esta ter deixado a mais completo abandono a iluminação pública e particular daquela freguesia, que para todos os efeitos faz parte integral desta vila. Têm os barcelinenses muita razão.

Consta-nos que vai ali organizar-se um grande movimento de protesto que será dirigido à Ex.ª Câmara, para que ela obrigue a Empresa a iluminar imediatamente aquela freguesia, que nestas noites já de inverno tem as suas ruas completamente às escuras e em pontos intransitáveis.”

Uma comissão de barcelinenses, presidida pelo conselheiro Sá Carneiro, e portador de uma representação, chegou mesmo a ir a uma sessão da câmara *“exigir que as suas ruas fossem iluminadas”*. O presidente Dr. Ferreira Pedras prometeu que mandaria colocar nos seus antigos lugares os lampiões de petróleo para que estes fossem imediatamente acesos, enquanto a empresa não fornecesse luz eléctrica para Barcelinhos.

A SOCIEDADE DE ELECTRICIDADE DO NORTE DE PORTUGAL

As irregularidades no fornecimento da energia eléctrica para iluminação pública e particular, e para as indústrias, e a regularização das contas que, desde o princípio do ano findo, existem e que não têm sido pagas por falta de cumprimento do contrato por parte da empresa, motivou uma reunião, na câmara, a convite da Comissão Administrativa Municipal, em Abril de 1927, com os concessionários do fornecimento de luz eléctrica, os directores da Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal, professor, Eng^o Xavier Esteves e o banqueiro Francisco Borges, ambos da cidade do Porto.

O presidente da C.A.M. manifestou o desejo da Câmara em pôr termo a este estado de coisas, que, “se é desagradável e prejudicial a Barcelos, não é também airoso para a Empresa”.

Xavier Esteves e Francisco Borges, depois de fazerem referência ao que, apesar dos grandes esforços empregados, constantemente está a acontecer às grandes empresas de fornecimento de energia eléctrica, como, por exemplo, a Lindoso, expuseram os pesados encargos que a S.E.N.P. sustenta e a exígua receita que tem arrecadado devido ao limitado preço porque a energia é fornecida.

Fizeram “minucioso relato” das obras ultimamente feitas na Penide e das que esperam fazer, tendo em vista assegurar o regular fornecimento de energia. Desejaram ainda, acabar com o desacordo que existe entre a Câmara e a empresa que representam.

Ao completaram-se dez anos de iluminação pública eléctrica no concelho de Barcelos, Mancelos Sampaio, delegado da Sociedade Eléctrica, publica no semanário “O Barcelense”, de 26.11.1927, uns dados estatísticos fornecidos pelo seu amigo Francisco Machado Carmona. Assim, verificava-se que, em 3653 dias de fornecimento de luz pública eléctrica, 3431 foram considerados de luz, satisfazendo. E em dez anos, faltou a iluminação durante 143 dias.

Essas informações, no semanário “O Barcelense”, são mais constantes, a partir do início do ano de 1929.

Assim, ficamos a saber que o escritório da empresa situava-se no Campo da República (vulgo Campo da Feira), e estava dividido em duas Secções:

- SECÇÃO ADMINISTRATIVA E EXPEDIENTE, no 1^o andar, sob a direcção do Tenente António Acácio Nunes.

SECÇÃO TÉCNICA E DEPÓSITO, no rés-do-chão, da qual fazem parte o electricista Gonçalves, o chefe das redes António Ferro e outros auxiliares.

Ficamos a saber ainda que as instalações da “Sociedade”, tanto em redes, como em máquinas, continuavam a ser remodeladas.

No dia 25 de Fevereiro de 1929, ficou instalado na cabine nº 3 (Torres) um novo transformador (Poege) de 50Kw. Assim, todas as três cabines da cidade já tinham a mesma potência, num total de 150 Kw.

Para a cidade baixa (Barcelinhos) passou o transformador de 30 Kw que estava nas Torres [Paço dos Condes-Duques de Barcelos]. A potência de transformação em toda a cidade subia, portanto, a 180 Kw, o que era importante para a população de Barcelos.

Na rede pública, continuaram as modificações, estando em conclusão a melhoria da rede de Barcelinhos.

Anunciava-se ainda que, na central da Penide e nas aldeias, devia, em breve, iniciar-se outra etapa de trabalhos.

Temos conhecimento ainda de que foi necessário proceder à modificação da cabine nº 2 (Cabine das Obras) que tinha aparelhagem antiga que não satisfazia às exigências do consumo e da segurança na parte central da cidade.

Manhente foi uma das primeiras freguesias do nosso concelho a ter luz eléctrica, fornecida pela Sociedade da Electricidade do Norte de Portugal da sua central geradora da Afurada-Penide-Areias de Vilar, logo no início da década de 1930. (na foto da inauguração, identificamos o 6º da 1ª fila - de pé, o director-delegado da SENP, o major José de Mancelos Sampaio).



Segundo Teotónio da Fonseca (“O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado”, 1987), por detrás do padrão do Senhor dos Desamparados, existe uma cabine para a distribuição da energia que tem sobre a sua porta a seguinte inscrição = N°8 = Manhente.

Uns anos mais tarde, na sessão de câmara de 1 de Abril de 1931, o presidente Fernando de Magalhães e Meneses disse que, sendo necessária, para a ampliação do largo do Município, demolir a cabine que estava junto das ruínas do antigo Paço dos Condes e Duques de Barcelos, tinha, de acordo com o vereador do pelouro da iluminação, que se encontrava ausente, entrado em negociações com o representante da Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal, José Mancelos Sampaio. Ficou assente que essa cabine, bem como a que está nas Barrocas, fossem substituídas, desde já, por uma nova cabine a colocar na quinta da Bagoeira, pertencente a Aparício Gomes Pereira e junto à rampa das Fontainhas (actual rua Faria Barbosa) desta cidade.

Na sessão de 15 de Maio, foi aprovado o projecto para a construção dessa nova cabine eléctrica, acompanhado da respectiva memória descritiva.

Segundo o semanário “O Barcelense”, de 05.03.1932, a nova Cabine Central da cidade estava em conclusão e ia proceder-se à operação mais delicada: passagem dos aparelhos principais da transformação.

Na impossibilidade de se adquirir todo o “*caríssimo e complicado*” material necessário para a nova cabine - que fica com a força de 150 Kw, tripla de qualquer das cabines antigas - tiveram de aproveitar a aparelhagem existente naquelas.



A CENTRAL DA AFURADA

No início do ano de 1935, ficamos a conhecer mais pormenorizadamente a Central da Afurada da Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal.

Esta aproveita uma queda com 4,20 m, no rio Cávado, servindo-se dum açude de alvenaria e dum curto canal que conduz as águas às turbinas de construção Escher Wyas & C.^a. Estas turbinas, verticais, possuíam uma potência unitária de 125 cav., ligadas por engrenagem cónica e alternadoras de 90 kva., capazes de produzir uma corrente trifásica com a frequência de 50 períodos e a tensão de 5.300 volts.

Todavia, estas turbinas estando em serviço desde 1893, além de serem antiquadas, não têm qualquer valor em numerário para efeito de qualquer transacção. Além disso, os alternadores de origem Oerlikon, por funcionarem em más condições de protecção, foram já todos rebobinados, embora instalados, em 1917, para cumprimento do contrato de iluminação desta cidade.

A Central da Afurada possui, junto a si, uma estação, chamada de socorro a vapor com caldeiras Babcock-Wilcox de, aproximadamente, 110.m2 de superfície de aquecimento; Forcot, com cerca de 150.m2 de aquecimento; algumas máquinas Oerlikon. Compound, verticais com condensação de 125 cav.; uma máquina Farcot monocilíndrica, horizontal, igualmente de condensação; um alternador trifásico Oerlikon, 750 r.p.m., 90 kva., 5300 volts; e, pouco mais, ou uns restos nulos de velhas instalações.

A linha de condução de energia a Barcelos, primitivamente quase toda em postes de madeira de pinho, numa distância de 13 Km., com fios de 25 mm2, ainda que melhorada, tem-no sido “arrastadamente” e já à custa dos rendimentos obtidos pela receita do fornecimento de luz aos consumidores.

Da rede de distribuição de luz a Barcelos e Barcelinhos, originariamente prevista para potência de 60 Kw., e alimentada por 4 sub-estações de 15 Kw. cada uma, resultou que, não equipada uma dessas estações, e, havendo subido o consumo de energia para além das previsões, deu-se uma sobrecarga na rede e nos transformadores, da qual sobrevieram anomalias e irregularidades, removidas anos depois, mas também custeadas com os lucros auferidos do pagamento do consumo de energia pelos munícipes barcelenses.

Em virtude de estar a terminar o prazo de concessão à actual Empresa fornecedora, reuniu-se no dia 13 de Fevereiro de 1935, a Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comercial de Barcelos. Foi nomeada uma Comissão constituída pelos Dr. Miguel Pereira da Silva Fonseca, Carlos Maria Vieira Ramos, Manuel de Sousa Martins e João Luiz Ferreira, que se avistará com a Comissão Administrativa do *Município* “*a quem oferecerá a cooperação e colaboração que ela julgue conveniente, para ser obtido contracto tão vantajoso quanto possível*”.

CHENOP-COMPANHIA HIDRO-ELÉCTRICA DO NORTE DE PORTUGAL

Sociedade anónima de responsabilidade limitada, resultante da fusão da Companhia Hidro-Eléctrica do Varosa (CHEV), que tinha a sua sede em Riba de Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão e da Companhia Electro-Hidráulica de Portugal (CEHP), que tinha a sua sede na cidade do Porto, foi constituída, nesta última cidade, em 31 de Março de 1943.

Segundo João Figueira (“O Estado na electrificação portuguesa: da Lei de Electrificação do País à EDP (1945-1976)”, tese de doutoramento à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2013), o capital inicial da CHENOP era de 80.000 contos, tornando-se numa das maiores empresas eléctricas do sector eléctrico nacional nas décadas seguintes, com aumentos sucessivos de capital que atingirá 250.000 contos, em Janeiro de 1953, 300.000 contos, em Abril de 1964 e 515.000 contos, em Novembro de 1973.

Em 1944, primeiro ano em que intervem, a sua área de influência abrangia cerca de três dezenas de concelhos de cinco distritos do Norte do País, Aveiro, Braga, entre as quais redes de baixa tensão, em Barcelos, Porto, Viseu e Vila Real.

No ano seguinte, com a inauguração do seu novo aproveitamento da Senhora do Porto, no rio Ave, concelho de Póvoa de Lanhoso, a CHENOP aumenta a potência instalada, construindo a Central da Penide, no rio Cávado, na freguesia de Areais de Vilar, concelho de Barcelos. Esta tinha sido requerida em Junho de 1948 e foi inaugurada em Maio de 1951.

Em Maio de 1957, requereu autorização para ampliar e reforçar a capacidade desta central, aonde vai realizar um conjunto de obras, por exemplo, o alteamento da barragem e a instalação de mais equipamentos electroprodutores, mas que entraria em exploração, apenas na década de 1970.

Quando foi nacionalizada em Abril de 1975, a CHENOP, uma das maiores empresas do sector eléctrico nacional, tinha redes nos distritos de Aveiro, Braga, de baixa tensão em Barcelos, Bragança (todos os concelhos), Porto, Vila Real e Viseu.

Era a concessionária da rede de baixa em quase todo o nosso concelho, ficando a cargo da Cooperativa Eléctrica de Vale do Este, as freguesias de Grimancelos, Minhotães, Monte de Fralães, Silveiros e Viatodos.

LUÍS NOVAIS MACHADO E A ELECTRIFICAÇÃO DAS FREGUESIAS

Em meados do século XX, deve-se ao Dr. Luís Novais Machado (1917-1978) (foto), médico em Barcelos e director do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, a expansão da energia eléctrica no nosso concelho. Presidente do Município, de 20 de Maio de 1953 a 6 de Janeiro de 1960, fez com que fossem electrificadas 64 freguesias, durante o seu mandato, ficando, por isso, conhecido como o presidente das luzes.

Sob a orientação dos técnicos Francisco Alves Correia Paiva (1908-1979) (na foto, com o deputado Nunes de Oliveira e esposa) e Bártolo de Oliveira Correia Paiva, seu filho, procedeu-se à electrificação do concelho de Barcelos.



Mas, não se esqueceu, também, da electrificação citadina que, segundo o “Jornal de Barcelos”, em Setembro de 1956, continuava a ser modificada, em ritmo acelerado, graças à “boa vontade” de Francisco Paiva.

“Pena é que aqueles postes na Avenida da Estação não sejam colocados já em definitivo, pois, segundo nos informaram serão para, mais tarde, serem substituídos por outros iguais aos que figuram na rodovia da cidade de Braga, mas isto, quando se vier a fazer o estudo da referida Avenida no que diz respeito aos passeios e faixa de rodagem. Oxalá

essa obra se verifique no mais curto espaço de tempo.

Com as ruas D. António Barroso, Infante D. Henrique e Largo do Município, não esquecendo o Monumento a D. António Barroso, ficaria completa a parte central da cidade.”

Outro colaborador da CHENOP, transitando já da Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal, onde trabalhava desde 1922, foi Francisco Pereira de Miranda (1906-1978), mais conhecido pelo Francisco da Luz, electricista e encarregado dos serviços, que serviu estas empresas durante 53 anos com grande dedicação.

Tendo terminado o contrato em 31 de Dezembro de 1952, foi assinado em 13 de Janeiro de 1954, pelo presidente da Câmara, Dr. Luís Novais Machado e pelos administradores, Engº Manuel Carneiro Geraldês e Ernesto Ferreira da Silva, que representava o administrador Delfim Ferreira, o novo contrato, pelo período de vinte anos, entre a Câmara Municipal de Barcelos e a CHENOP

Segundo o “Jornal de Barcelos”, de 21.01.1954, os consumidores foram classificados em classes, em função das casas que habitam, havendo 11 classes, sendo a menor com três divisões e a última para prédios com mais de vinte divisões.

Relativamente a preços, o primeiro escalão, quer para o comércio, quer para os particulares passa de 1\$80 para 2\$40 o kwh. O segundo, que é variável, mantém o mês mo preço, 1\$20. O terceiro, baixa de \$60 para \$48.

As classes com menores rendimentos, cujo agregado familiar não exceda 800\$00 mensais, podem



solicitar á Câmara, depois de o provar, que desejam ser classificadas na classe designada por CONSUMIDORES POBRES, pagando toda a energia gasta ao preço único de 1\$40 cada kwh, sem classificação de escalão.

Relativamente à electrificação rural, ficou estabelecido que a CHENOP comparticiparia com 50% da despesa da instalação e a restante será dada pelos interessados.

O presidente da Câmara Municipal de Barcelos referiu que iam ser electrificadas as freguesias de Areias de Vilar, Barqueiros, Vila Boa, Arcozelo e S. Veríssimo, contribuindo a CHENOP com 60%.

Momento particularmente significativo foi a inauguração da electrificação da Franqueira, em 8 de Dezembro de 1956. Já no ano de 1945, a Mesa da presidência do saudoso Cónego Gaiolas tinha tentado electrificar, pelo menos, o monumento, por meio de um gerador de electricidade movido a vento, tentativa resultada infrutífera, talvez por deficiências técnicas.

Segundo o "Jornal de Barcelos", de 29.11 e de 13.12.1956, depois de sair a procissão de velas para a igreja paroquial de S. Paio, a Mesa da Confraria ofereceu às autoridades barcelenses e aos representantes da imprensa um copo de água que foi servido pela Confeitaria Salvação desta cidade e que se prestou para a troca de impressões sobre o progresso da Franqueira e para comemorar a inauguração da luz eléctrica naquela localidade.

No final, falou o Sr. Francisco Paiva, agora considerado benemérito da Franqueira, pois a ele se deve a iluminação da Imagem de Nossa Senhora. Do seu bolso, saiu o dinheiro para esse melhoramento, prometendo ainda custear, durante o ano de 1957 e possivelmente 1958, o consumo de energia eléctrica no Templo e no Monumento de Nossa Senhora.

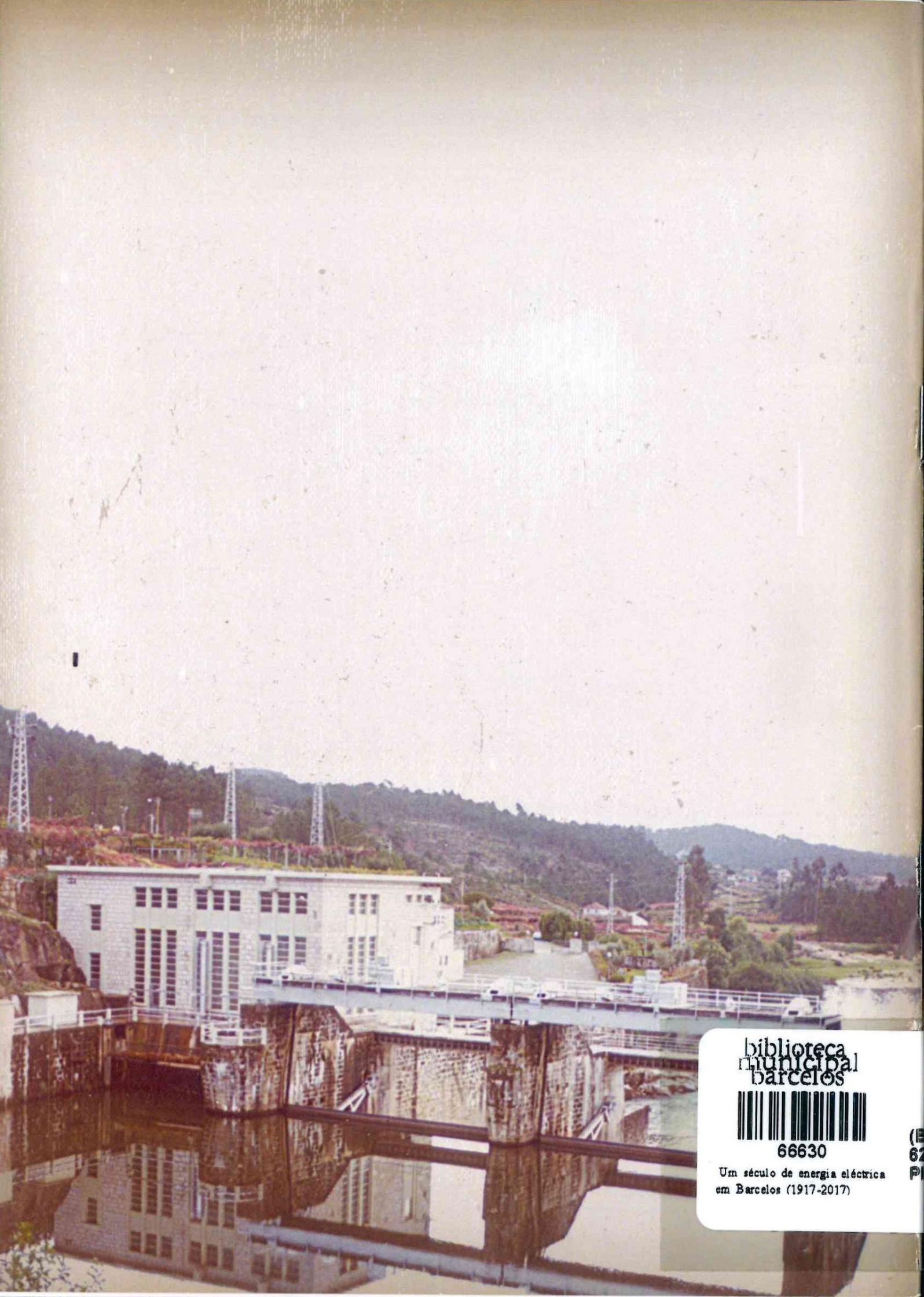
Em nome da Confraria da Franqueira falou Manuel da Graça Pereira (na foto, podendo ainda ver-se Antero de Faria (1º), Dr. Luís Novais Machado (3º) e Dr. Eurípedes de Brito (5º), da esquerda para a direita).



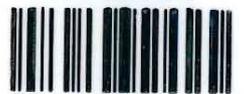
À Chenop, sucedeu a EDP, criada em 1976, através da fusão de 13 empresas que tinham sido nacionalizadas, em 1975, com o nome de Electricidade de Portugal. Ficou com a responsabilidade de electrificação de todo o país, a modernização e extensão da rede de distribuição eléctrica, do planeamento e construção do parque electroprodutor nacional, e do estabelecimento de um tarifário único para todos os clientes. De Empresa Pública, a EDP passou em 1991, para Sociedade Anónima. Em 1994, depois de uma profunda reestruturação, foi constituído o Grupo EDP. Em 1997, ocorreu a primeira fase de privatização, tendo sido alienado 30% do capital.

Não podíamos, antes de terminar, deixar de ter uma palavra de gratidão e de felicitações para todos aqueles que deram o seu melhor para a electrificação do nosso Município durante esta centúria e para o progresso e bem estar dos seus habitantes.

V.P.



biblioteca
municipal
barcelos



66630

Um século de energia eléctrica
em Barcelos (1917-2017)

(E
62
P)